



Relatório Circunstanciado do Poder Executivo

Conforme prevê o artigo 113 do Regimento Interno desta Egrégia Corte de Contas, encaminho o Relatório sobre a gestão das atividades públicas realizadas no Município, relativo ao exercício de 2013, no que se refere à Administração Direta.

Destaca-se que seguem nesta Prestação os seguintes documentos:

- a) Balanço Orçamentário;
- b) Balanço Financeiro;
- c) Balanço Patrimonial;
- d) Demonstração das Variações Patrimoniais;
- e) Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária, exercício 2013;
- f) Alterações nas Leis referidas na letra “e”, relativas ao exercício de 2013, bem como os Decretos e Mapa de Créditos;
- g) Declaração firmada pelo Contabilista e ratificada pelo Prefeito sobre as conciliações bancárias e seu resultado;
- h) Relatório e Parecer do Responsável pelo Controle Interno atinentes à administração do executivo municipal, bem como os Pareceres sobre a gestão dos recursos vinculados à MDE e às ações e serviços públicos de saúde;
- i) Relatório e Parecer do Conselho de acompanhamento e controle social do FUNDEB;
- j) Relatório e Parecer do Conselho Municipal de Saúde;
- i) Declaração do Administrador de que os agentes públicos que desempenhem atividades nessas instituições estão em dia com a apresentação das declarações de bens e rendas.

1 - Execução Orçamentária

Os efeitos da receita e da despesa pública sobre o orçamento e sobre o Patrimônio, constam nos demonstrativos orçamentários e contábeis anexos na presente Prestação de Contas. A receita arrecadada foi de R\$ 28.547.903,96 e a despesa realizada somou R\$ 25.229.649,22, resultando em um superávit de R\$ 3.318.254,74.



1.1 - Limites de Despesas com Pessoal e Endividamento

O presente item deixa de ser abordado por já constituir processo próprio da Gestão Fiscal e encaminhado ao Tribunal no período correspondente, juntamente com o Sistema para Informações e Auditoria para Prestação de Contas - SIAPC relativos ao exercício de 2013. No entanto, informamos que os respectivos percentuais ficaram abaixo dos limites definidos na LRF, ficando em 46,58 e 1,65% para Poder Executivo e Legislativo Respectivamente. Com relação ao Endividamento, a Dívida Consolidada Líquida perfaz um valor de R\$ 367.350,93, estando portanto dentro dos limites definidos pelo STN.

2 - Das Metas Previstas no Plano Plurianual - PPA

O cumprimento dos programas de governo, metas e suas ações, no exercício que se encerrou em 31- como foram analisados e apresentados por ocasião da realização das audiências públicas para avaliação do cumprimento das metas fiscais.

2.1 - Das principais realizações em 2014

No decorrer do exercício tivemos o incremento de diversos equipamentos para as Secretarias Municipais, em média, um veículo ou máquina por mês, destacamos a aquisição dos seguintes equipamentos:

- Um automóvel Ford New Fiesta Sedan - 52.900,00
- Um automóvel GM SPIN LTZ - R\$ 59.000,00
- Um automóvel GM SPIN LTZ - R\$ 58.000,00
- Um Furgão Renault Modelo Master Teto Alto - R\$ 110.290,00
- Um Furgão Fiat Doblo - R\$ 59.400,00
- Aquisição de Veículo Fiat Uno Mille - R\$ 34.700,00
- Aquisição de Equipamentos Agrícolas - R\$ 97.500,00
- Aquisição de Computadores e Periféricos para Escolas - R\$ 18.785,36
- Um Caminhão Marca Volvo VM-330 - R\$ 243.000,00
- Aquisição de uma Escavadeira Hidráulica PC-200 - R\$ 419.000,00

No que tange a obras ou melhorias destacamos:

- Construção ou Reforma de Asfaltos na Cidade - R\$ 366.925,30
- Reforma CAI - R\$ 23.179,96
- Reforma Posto de Saúde Localidade São Francisco - R\$ 14.500,00
- Construção de Academia de Saúde Bairro São Jose - R\$ 98.504,97
- Construção de Academia de Saúde Distrito de Tesouras - R\$ 95.791,95
- Melhorias no Ginásio Municipal 03 de Junho - R\$ 247.141,39
- Fechamento Quadra EMEF São Luiz Gonzaga - R\$ 74.926,90
- Construção do Prédio da Câmara Municipal (pago em 2014) - R\$ 358.893,86



Além disso, destacamos

- Aquisição para Doação de Uniformes Escolares - R\$ 77.800,00
- Aquisição de Medicamentos para Secretaria da Saúde - R\$ 326.220,72

Também ocorreu no decorrer do ano de 2014 o recebimento através de doação do Governo Federal dos Seguintes Equipamentos/Veículos:

- Motoniveladora Marca CASE - R\$ 464.750,00
- Um Caminhão Marca Mercedes Benz Modelo ATRON 2729K/36 -R\$ 248.300,00.

3 - Das Informações sobre Vinculações Constitucionais

3.1 - Recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE, incluindo os Recursos do FUNDEB

No exercício em análise foram investidos R\$ 6.751.025,48 na MDE, o que corresponde a 37 % da receita resultante de impostos e transferências.

O valor despendido na MDE pode ser assim identificado:

PROJETO/ATIVIDADE	VALOR
2028 - Manutenção Secretaria da Educação	286.298,46
1022 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos	82.088,00
1023 - Manutenção Prédios Escolares	33.483,27
1098 - Ampliação Escola	35.749,57
2033 - Manutenção Ensino Fundamental	3.990.754,49
2036 - Transporte Ensino Fundamental	518.323,37
2038 - Treinamento Professores	8.914,76
1097 - Construção Creche	15.464,70
2041 - Educação Infantil	1.309.431,07
(+) Perda com o FUNDEB	475.387,82
(-) Desp. Liq. Rend. MDE/FUNDEB	-4.870,03
TOTAL	6.751.025,48

3.2 - Recursos aplicados nas Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS

No exercício em análise, a execução orçamentária demonstrou a aplicação de R\$ 4.134.509,84, nas Ações e Serviços Públicos de Saúde, representando 22,66 % da Receita base de cálculo descrita nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 322/2003.

O valor despendido nas ASPS pode ser assim Identificado:

PROJETO/ATIVIDADE	VALOR
2005 - Manutenção Secretaria da Saúde	2.393.604,33
1005 - Reequipamento Secretaria da Saúde	17.497,67



2006 – Transporte Saúde	470.443,08
2008 – PACS E PSF	481.788,80
2009 – Atendimento Odontológico	322.730,94
2063 – Hospital Laboratorial	379.695,02
2101 – Convenio SAMU/SALVAR	68.750,00
TOTAL	4.134.509,84

4 – Do Desempenho da Arrecadação conforme art. 58 da Lei de Responsabilidade Fiscal

A Receita orçamentária teve o seguinte desempenho no exercício que se encerrou:

Discriminação	Program. no Período	Realiz. no Período	% Real. Período
1 – Receitas Correntes	17.965.533,33	29.469.616,33	64,03%
Receita Tributária	1.923.020,00	1.876.579,18	-2,41%
Receita de Contribuições	751.100,00	869.555,40	15,77%
Receita Patrimonial	1.278.600,00	2.722.897,36	112,96%
Receita Agropecuária	3.000,00	3.499,25	16,64%
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00%
Receita de Serviços	353.900,00	375.550,31	6,12%
Transferências Correntes	22.238.900,00	23.128.735,83	4,00%
Outras Rec. Correntes	399.780,00	492.799,00	23,27%
Discriminação	Program. no Período	Realiz. no Período	% Real. Período
2 – Receitas de Capital	252.500,00	1.335.667,39	428,98%
Operações de Crédito	0,00	95.234,99	0,00%
Alienação de Bens	0,00	70.100,00	0,00%
Amort. de Empréstimos	155.000,00	173.225,15	11,76%
Transfer. De Capital	97.500,00	997.107,25	922,67%
Outras Rec. De Capital	0,00	0,00	0,00%
3 (-) Deduç. da Receita	3.169.700,00	3.711.646,12	17,10%
4 - Receitas Intra-Orçam	1.138.900,00	1.454.266,36	27,69%
Total da Receita	25.170.000,00	28.547.903,96	13,42%



4.1 - Análise quanto ao Desempenho da Arrecadação

4.1.1-Quanto às Receitas Tributárias

A Receita Tributária atingiu ao final do quadrimestre em análise o montante de R\$ 2.004.011,55, que, confrontada com a previsão constante na programação financeira de R\$ 1.477.746,00, representa uma realização de 35,61% acima da projeção para o período.

DISCRIMINAÇÃO	Programada no Período	Realizada no Período	% Real / Progr.
Impostos	1.220.120,00	1.348.451,35	10,52%
I P T U	275.000,00	275.652,99	0,24%
I R R F	275.120,00	324.950,11	18,11%
I T B I	320.000,00	324.236,73	1,32%
I S S Q N	350.000,00	423.611,52	21,03%
Taxas	402.900,00	399.226,63	-0,91%
Taxas p/ Exerc.Poder de Polícia	172.300,00	172.945,66	0,37%
Taxas p/ Prestação de Serviços	230.600,00	226.280,97	-1,87%
Contribuição de Melhorias	300.000,00	128.901,20	-57,03%
Total das Receitas Tributárias	1.923.020,00	1.876.579,18	-2,41%

4.1.1.1 - Medidas no sentido de Recuperação de Créditos Tributários e Fiscalização da Receita

Temos a informar que a maior parcela da Receita do Município, vem de fontes externas, através de transferências dos Governos da União e do Estado, sobre as quais a Administração Municipal não tem ação efetiva, limitando-se a registrá-las e controlar as suas aplicações.

A receita própria, por força do sistema tributário nacional, se limita aos impostos: IPTU, ITBI, ISS, IRRF, Contribuição de Melhoria, Taxas e demais receitas. A Prefeitura mantém um pequeno número de fiscais, que visitam os estabelecimentos comerciais, verificando a sua regularidade junto ao fisco municipal, dá orientação e, se for o caso, aplicando as sanções cabíveis para que o custo não ultrapasse a arrecadação pelo princípio da economicidade.

O IPTU tem recebido um tratamento diferenciado, com cadastro imobiliário e embora não haja uma fiscalização direta em cada domicílio, nenhuma transação imobiliária é efetuada, sem a certidão de regularidade com o fisco municipal.

Destaca-se que o Município desenvolve o Programa de Integração Tributária em parceria com o Governo do Estado. E com o objetivo de melhorar a arrecadação do ICMS realiza revisão dos blocos dos produtores rurais, Guias Modelos A e B, sendo que também proporcionou o aperfeiçoamento do setor responsável através da realização de cursos. Dispõe da Unidade Municipal Cadastro – CECIR, referente ao INCRA.



4.1.1.2 – Ações no sentido de combate à Sonegação e Incremento de Receitas Tributárias

A Prefeitura promove a cobrança dos tributos municipais, inicialmente em caráter amigável, através de editais divulgados nos meios de comunicação existentes no município. Esgotados os meios amigáveis, a Prefeitura promove a cobrança judicial. Cabe salientar que esse recurso é evitado por dois motivos: primeiro porque os processos judiciais se arrastam por longo tempo, frustrando a intenção da Prefeitura de disponibilizar os recursos no menor tempo possível, e segundo, por que as dívidas, na sua grande maioria são diminutas, não comportando a cobrança judicial, em face do seu elevado custo, o que torna a medida desgastante, deficitária e anti-econômica.

Através de Lei Municipal foi proporcionado o parcelamento de débitos inscritos em dívida ativa, referente a créditos tributários, não tributários e em execuções fiscais.

Foi realizado o cálculo atuarial para reavaliar as alíquotas de contribuição do RPPS.

4.1.2-Quanto às Receitas de Contribuições

A Receita de Contribuições atingiu ao final do quadrimestre em análise o montante de R\$ 869.555,40, que, confrontada com a previsão constante na programação financeira de R\$ 751.100,00, representa uma realização de 15,77% acima da projeção para o período.

DISCRIMINAÇÃO	Programada no Período	Realizada no Período	% Real / Progr.
Contribuições Sociais	551.100,00	638.214,49	15,81%
Contribuições Previdenciárias	551.100,00	638.214,49	15,81%
Compensação Previdenciária	0,00	0,00	0,00%
Outras Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00%
Contribuições Econômicas	200.000,00	231.340,91	0,00%
Contribuição p/Custeio Ilum. Pública	200.000,00	231.340,91	15,67%
Outras Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00%
Total das Receitas de Contribuições	751.100,00	869.555,40	15,77%



4.1.3-Quanto às Receitas de Transferências Correntes

As Receitas de Transferências Correntes atingiram ao final do quadrimestre em análise o montante de R\$ 23.128.735,83, que, confrontada com a previsão constante na programação financeira de R\$ 22.238.900,00, representa uma realização de 4% acima da projeção para o período.

DISCRIMINAÇÃO	Programada no Período	Realizada no Período	% Real / Progr.
Transferências da União	9.014.400,00	9.310.594,44	3,29%
Cota parte do F P M	6.253.000,00	6.312.536,04	0,95%
Cota parte do I T R	350.000,00	420.978,37	20,28%
Cota parte da LC 87/96	68.500,00	67.683,36	-1,19%
Cota Parte Fundo Especial	80.000,00	94.245,89	17,81%
PAB - Parte Fixa	250.000,00	261.015,96	4,41%
PAB - Parte Variável	1.171.400,00	1.153.169,91	-1,56%
Outras Transf. do SUS (SAMU)	157.500,00	162.306,93	3,05%
Transferências do F N A S	186.000,00	123.208,48	-33,76%
Transferências do F N D E	378.000,00	543.838,08	43,87%
Transferências de Convênios	120.000,00	171.611,42	43,01%
DISCRIMINAÇÃO	Programada no Período	Realizada no Período	% Real / Progr.
Transferências do Estado	10.109.500,00	10.498.724,44	3,85%
Cota Parte do I C M S	8.300.000,00	8.895.978,38	7,18%
Cota Parte do I P V A	1.000.000,00	1.015.151,33	1,52%
Cota Parte do IPI / Exportação	120.000,00	160.341,69	33,62%
Cota parte da C I D E	1.000,00	1.587,15	58,72%
Transf.do Fundo Est.Saúde	434.000,00	247.307,38	-43,02%
Transf. Fundo(FEAS)	254.000,00	120.560,55	-52,54%
Outras Transferências do Estado	500,00	57.797,96	11459,59%
Outras Transferências	3.115.000,00	3.319.416,95	6,56%
Transferências de Pessoas	8.000,00	20.688,75	158,61%
Transferências de Convênios	407.000,00	454.273,00	11,61%
Transferências ao Fundeb	2.700.000,00	2.844.455,20	5,35%



5 – Conclusão

Por fim, destacamos que todas as ações desenvolvidas estão retratadas nas demonstrações contábeis e orçamentárias e os aspectos mais relevantes da execução orçamentária encontram-se apresentadas nesta exposição circunstanciada. Todavia, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos e apresentação de documentos que se façam necessários para cumprimento do mandamento constitucional de prestar contas.

Chapada - RS, 31 de Dezembro de 2014.

CARLOS ALZENIR CATTO
PREFEITO MUNICIPAL